

# 'Frente do Bom Senso' quer tirar 'abusos' das Transitórias

**RITA TAVARES**  
Da Sucursal de Brasília

Além da briga pela definição do mandato do presidente José Sarney, o "Ato das Disposições Gerais e Transitórias" da nova Constituição que o Congresso constituinte começa a votar esta semana reúne artigos tão dispares como o que concede amnistia a militares; outro que constitucionaliza a Zona Franca de Manaus e um que mantém na órbita federal o Colégio Pedro 2°.

Aos 63 artigos aprovados pela Comissão de Sistematização e mantidos quase na totalidade pelo Centrão, somam-se mais de duzentas emendas destacadas (com direito a discussão e votação) modificando o texto ou incluindo novos artigos, que vão de temas consequentes e discutíveis até "propostas absurdas e surpreendentes", como classificou o jurista Miguel Reale Júnior.

Estas emendas são a principal preocupação das lideranças do Congresso constituinte. "Estamos reunindo uma Frente Suprapartidária do 'Bom Senso'", disse o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que conversou com os senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC), Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Jarbas Passarinho (PDS-PA) e os deputados Eraldo Tinoco (PFL-BA) e Egídio Ferreira (PMDB-PE).

## Detalhes

A intenção é persuadir os parlamentares a retirarem a maior parte das emendas. "Se isto não der certo, corremos o risco do rabo da Constituição ficar maior que o corpo", afirmou Távola. Mesmo assim, o deputado Konder Reis (PDS-SC)

prevê que a votação das disposições transitórias vai ser uma das mais longas. "É tradicional que entrem propostas detalhadas", disse Konder, lembrando que o último artigo da Constituição de 1967, da qual foi relator, previa a construção de um monumento em homenagem a Duque de Caxias num município do Rio de Janeiro.

"Há propostas que contemplam interesses de direito e outras que vão para o abuso", afirmou o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), temendo uma apreciação apressada das disposições, o que implicaria em consequências negativas para os cofres públicos. Isto deve, segundo as lideranças do PMDB e da esquerda, ao grande número de artigos e emendas que defendem interesses corporativistas ou propostas inconsequentes. "É um tiroteio", disse Reale.

Dentre o repertório de interesses, as Disposições incluem artigos indispensáveis à nova Constituição, que podem ser prejudicados caso a discussão seja rasteira. Toda a regulamentação provisória do Poder Judiciário até a consolidação dos novos tribunais, assim como as leis que adaptarão o novo sistema tributário estão incluídas entre o Ato das Disposições. Mesmo entre questões específicas, há artigos tidos como essenciais. "Todas as categorias que têm problemas ou injustiças sociais crônicas querem resolver seus problemas na Constituição. Só temos que evitar que o texto seja intoxicado", disse Távola, enumerando mais de uma dezena de emendas "absurdas", que disputam espaço nas Disposições Transitórias.



## "Absurdos"

Da Sucursal de Brasília

"Nas Disposições Transitórias sempre se incluiu o lixo", disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos negociadores do PMDB, ao classificar de "absurdas, surpreendentes, inconsequentes ou ridículas" as propostas que vão ser votadas pelo plenário do Congresso constituinte.

Abaixo alguns dos temas que serão votados pelo Congresso constituinte no Ato das Disposições Transitórias:

- ★ Colégio Pedro 2° — O Colégio, localizado na cidade do Rio de Janeiro, onde estudaram o imperador d. Pedro 2°, os presidentes Rodrigues Alves, Hermes da Fonseca

e Washington Luís, e o patrono do Exército, Duque de Caxias, deverá ser mantido na órbita federal. A proposta aparece no texto da Sistematização e é repetida no texto do Centrão.

- ★ Fernando de Noronha — O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) defende a extinção do território com a reincorporação de sua área ao Estado de Pernambuco.

- ★ Pólo industrial do DF — No prazo de um ano, a contar da promulgação, a União estabelecerá as bases da criação de um pólo industrial no Distrito Federal, segundo proposta do deputado Francisco Humberto (PDT-MG).

- ★ Piauí — O deputado Jesus Tajra (PFL-PI) propõe que durante o prazo de 25 anos, prorrogáveis por lei, será concedido ao Estado do Piauí redução de 50% sobre as alíquotas dos impostos federais cobrados, como forma de incentivo ao desenvolvimento econômico e social.

- ★ Jogo do Bicho — Além de legalizar o jogo do bicho, o deputado Gérson Peres (PDS-PA) defende que, num prazo de cem dias, os Estados aproveitem a infra-estrutura existente mediante contratos aprovados pelos tribunais de contas.

- ★ Rodovia — O senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI) quer a conclusão da rodovia Fortaleza-Brasília

dentro de cinco anos, a contar da promulgação da Constituição.

- ★ Dívida Externa — Ficam limitados no máximo em 3% ao ano, os encargos sobre o saldo da dívida externa a serem pagos pela União. A emenda é do deputado Vilson de Souza (PMDB-SC).

- ★ Proclamação da República — Fica criada uma comissão composta de nove membros para promover as comemorações do centenário da Proclamação da República. A emenda é do deputado Eúzio Ferreira (PFL-AM), mas o destaque que permite sua votação é do senador Marco Maciel (PE), presidente nacional do PFL. (RT)